

Sarney propõe 'neopresidencialismo' para 88

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney propôs ontem aos Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, a implantação de um sistema "neopresidencialista" a entrar em vigor no próximo ano, portanto ainda durante o seu mandato. Segundo Lourenço, pelo sistema proposto por Sarney, ele designaria um Primeiro-Ministro, a quem delegaria poderes, possivelmente por decreto. "O desejo do Presidente", disse Lourenço, "é viabilizar a mudança através das disposições transitórias da nova Constituição".

Lourenço afirmou que as linhas básicas da proposta, que estão sendo elaboradas por assessores do Palácio do Planalto, chegarão às suas mãos hoje e serão discutidas com a bancada pefelista. A idéia inicial é de que o Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente, seja submetido à Câmara, que poderá rejeitá-lo em cinco dias, por maioria absoluta.

Como o Primeiro-Ministro não seria indicado pela Câmara, esta não teria sua dissolução prevista. O sistema permitiria moção de censura ao Ministério, embora o Presidente ficasse com poder de vetá-la.

— A intenção do Presidente — explicou Lourenço — é de ter um auxiliar direto, pronto a ajudá-lo a dirigir o Governo no todo ou em parte. Porém, ele continuaria a ser o Chefe do Governo, ao contrário do que aconteceria no neoparlamentarismo, em que o povo não saberia exatamente a quem cabe a responsabilidade pela administração do País.



Lourenço vai discutir com bancada

Segundo o Líder do PFL na Câmara, a definição da base parlamentar do Governo será definida nas votações das comissões temáticas, o que facilitará a implantação do novo sistema.

Além de pôr fim a uma desavença entre Lourenço e Sant'Anna em torno do sistema de governo, o Presidente Sarney, com sua nova proposição, interrompeu uma estratégia já esboçada pelo Líder do Governo na Câmara. Ontem, antes de ir ao Palácio do Planalto, Sant'Anna ainda não



Sant'Anna: indecisão sobre sistema

havia decidido quais as propostas de sistema de governo que iria apoiar para modificar o anteprojeto do Relator da Comissão da Organização dos Poderes, Egidio Ferreira Lima.

Mesmo indeciso quanto a alguns pontos, ele resolveu reunir, anteontem, um grupo de constituintes em seu gabinete e elaborar dezenas de emendas, várias das quais dispostas de forma diversa sobre a mesma questão, para decidir o rumo a tomar na hora da votação.

Na questão dos Ministros milita-

res, o Líder encaminhou emendas tanto no sentido de que eles só sejam sujeitos à moção de censura se esta for feita a todo o Ministério, quanto no sentido de excluí-los da moção, junto com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministro do Gabinete Civil. Sant'Anna havia explicado que só a partir das negociações com os membros da Comissão decidiria qual emenda apoiará.

Sobre a forma de organização do Governo e o equilíbrio de forças e poder entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, o Líder adotou a mesma estratégia, mas ainda analisava tanto o anteprojeto do Senador José Fogaça, "neoparlamentarista", como a emenda preferida pelo Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, "semipresidencialista", de autoria do jurista Miguel Reale Júnior.

Anteontem, segundo informações de políticos pefelistas, em reunião com José Lourenço, Carlos Sant'Anna teria demonstrado uma inclinação maior pela tese de Reale — contestada por seu parceiro. E que Lourenço, apesar de identificar-se com Sant'Anna na defesa do mandato presidencial de cinco anos, deixou claro que não aceitaria o sistema articulado por Ulysses.

Lourenço garantiu que a nova proposta do Presidente Sarney não era conhecida até ontem pelo PFL, embora quase toda a cúpula partidária tenha se reunido na sua casa para um jantar voltado à discussão de diretrizes para a Constituinte.

Negociação sobre mandato de Sarney divide o grupo 'Centro Democrático'

BRASÍLIA — O mandato do Presidente José Sarney deixou de ser um ponto de unidade no principal grupo de respaldo ao Governo na Assembleia Nacional Constituinte. Os dois principais líderes do grupo "Centro Democrático", Deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Expedito Machado (PMDB-CE), divergiam ontem sobre a inclusão ou não do mandato nas negociações que marcam o processo de definição das conclusões das comissões temáticas.

Expedito Machado assegurou que não existe qualquer mudança de posicionamento do grupo frente ao Palácio do Planalto, mas diverge em relação à postura do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que ontem reafirmou que considera inegociável a garantia dos cinco anos de mandato para Sarney.

Segundo Expedito, o rumo do "Centro Democrático" não se prende à orientação da liderança do Governo. Os "moderados" querem que as negociações na Constituinte sejam feitas a partir do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Expedito tem se distanciado de Sant'Anna por não admitir que ele fale em nome do grupo e tome atitudes em seu nome. Ele admitiu ontem a hipótese de uma articulação para deixar a questão do mandato de Sarney em aberto

no capítulo das disposições transitórias da Comissão da Organização dos Poderes. Nesse caso, a decisão caberia ao plenário da Constituinte.

— O que não podemos fazer é negociar a partir de posições fechadas — disse Expedito.

Ontem, na Comissão da Organização dos Poderes, os defensores do mandato de quatro anos para Sarney admitiram que a proposta de cinco anos deverá sair vitoriosa, mas o Relator, Egidio Ferreira Lima, reiterou sua disposição de não aceitar emendas alterando a convocação de eleições presidenciais em novembro de 88. Ele deixará a decisão para a votação deste fim de semana.

Quanto ao sistema de governo idealizado pelo Relator, começaram ontem a se delinear com mais nitidez as modificações que serão apresentadas. Uma foi articulada pelo Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães: um anteprojeto encomendado ao jurista Miguel Reale Júnior, rejeitado pela Subcomissão do Poder Executivo, será reapresentado pelo Deputado Michel Temer (PMDB-SP) ou pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Propõe um modelo em que o Primeiro-Ministro será apenas um auxiliar do Presidente da República, a este cabendo o exercício do Executivo.